



Entrevista com José Manuel Lopes Cordeiro

Entrevistadores:

OLIVEIRA, Eduardo Romero de

CORREA, Lucas Mariani

José Manuel Morais Lopes Cordeiro é doutor em História Contemporânea, vinculado à Universidade do Minho (Braga, Portugal), Departamento de História desde 1988. Membro do “Board” TICCIH – The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. Presidente da Associação Portuguesa para o Património Industrial. Membro do grupo multidisciplinar da UNESCO para avaliação das candidaturas ao Património da Humanidade, na temática de património industrial. Pesquisador em arqueologia industrial, património industrial e história econômica.

Recebido em: 28/08/2016
Aprovado em: 12/02/2017

À época de sua formação em História, era comum a preocupação ou estudo do patrimônio cultural pelos historiadores?

Começou a sê-lo nos últimos anos; ou seja, nos finais da década de 1970 e inícios da seguinte, o estudo e a salvaguarda do patrimônio cultural, não apenas pelos historiadores mas por um amplo leque de interessados, começou a despertar um grande interesse, que se generalizou muito rapidamente. Esta descoberta ou, melhor dizendo, redescoberta do patrimônio cultural, foi entre nós acompanhada pelo surgimento de inúmeras associações de defesa do patrimônio, de caráter local ou regional, que desenvolveram múltiplas iniciativas – campanhas de salvaguarda, colóquios, colaboração na imprensa, denúncia de atentados ao patrimônio, organização de visitas de estudo, edição de publicações, etc – as quais prestaram um considerável contributo para que progressivamente a opinião pública começasse a ser sensível à questão da salvaguarda do patrimônio cultural. Por outro lado, o fato do Governo francês ter proclamado 1980 como “Ano do Patrimônio” teve um considerável impacto, com repercussões noutros países, como Portugal, que nesse ano lançou também uma “Campanha Nacional para a Defesa do Patrimônio Cultural”, promovida pela Secretaria de Estado da Cultura. Contudo, não constituiu, como referi, um fenómeno exclusivamente português. A década de 1980 representou o início de uma época de expansão e universalização do patrimônio cultural.

Nos anos 1970, o movimento de preservação de bens industriais está crescendo em alguns países da Europa, principalmente na Inglaterra. Estando em Portugal, o que o levou a se preocupar com o patrimônio industrial?

Descobri que existia uma área de pesquisa histórica denominada “arqueologia industrial” – como então se dizia – nos finais da década de 1970, através da leitura de um livro magnífico, que na época me impressionou bastante, *A Revolução Industrial da Idade Média*, de Jean Gimpel, que tinha sido há pouco traduzido e editado em Portugal, e em cuja bibliografia encontrei uma referência ao livro do Professor Robert Angus Buchanan sobre a arqueologia industrial na Grã-Bretanha, um simpático *paperback* da Penguin que tratei logo de encomendar. Era a primeira vez que deparava com a expressão “arqueologia industrial” e fiquei com muita curiosidade. Pouco depois tive a oportunidade de ver em Portugal a Exposição *Remains of a Revolution*, organizada pelo British Council, que nos finais da década de 1970 e inícios da seguinte itinerou por vários países europeus e contribuiu fortemente para a popularização da arqueologia industrial. Como na época eu estava praticamente no início da minha actividade profissional e não tinha ainda decidido em definitivo qual a temática a que me iria dedicar, ter deparado com uma área de pesquisa tão fascinante, que combinava a componente teórica com o trabalho de campo – o que naquela época, em História, era pouco comum –, e que em Portugal ainda não existia, fez com que de imediato passasse a adoptá-la.

A principal organização internacional dedicada ao patrimônio industrial é The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH). Chegou a participar da criação do TICCIH? Como foi este processo e quem era os principais envolvidos?

Não participei na criação do TICCIH, que foi fundado em 1978 na III Conferência Internacional sobre a Conservação dos Monumentos Industriais (como então se

designava), realizada em Estocolmo, na Suécia. Nessa época, ainda eram muito escassos os pesquisadores dos países do Sul da Europa que participavam habitualmente naquelas Conferências. Eram fundamentalmente da Europa Central (Áustria, Bélgica, Inglaterra, Holanda, Irlanda do Norte, República Federal da Alemanha e Suíça), da Europa do Norte (Escandinávia), do Leste Europeu (da então Checoslováquia, República Democrática Alemã, Hungria, Polônia e URSS), da América do Norte (EUA e Canadá), do Japão, e também alguns da França, tendo nessa III Conferência a Itália participado pela primeira vez. Foi só após a realização da Conferência do TICCIH em 1981, em Lyon e Grenoble, que os pesquisadores da Europa do Sul começaram a participar em maior número e mais regularmente. Em Portugal, concretamente, foi a partir de 1984 que se estabeleceu a ligação com o TICCIH.

Em 1986 foi realizado o Seminário de História e Energia, do qual você participou junto pesquisadores estrangeiros – como o historiador belga Eddy Stöls - e brasileiros estudiosos do patrimônio cultural - como Ulpiano Meneses. Foi o primeiro evento, no Brasil, em que se debateu a proteção ao patrimônio industrial. Pode nos relatar como era o debate sobre o tema naquele momento.

O 1.º Seminário Nacional de História e Energia, organizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo e realizado em Outubro de 1986, constituiu um grande evento científico, com mais de 600 participantes inscritos e um excelente lote de comunicações. Como é compreensível, e uma vez que se estavam a dar os primeiros passos em relação ao patrimônio industrial no Brasil, o debate incidiu em questões como a delimitação deste novo campo de pesquisa, as exigências de uma nova museologia capaz de responder às necessidades de conservação do patrimônio industrial, a questão da sua demarcação cronológica, uma vez que no Brasil ainda subsistiam tecnologias pré-industriais que também deviam ser estudadas e preservadas, e por fim os aspetos relacionados com a reutilização do patrimônio industrial.

Em função da sua longa atuação, participação em vários órgãos internacionais preservacionistas e eventos em vários países, como vê o estado atual da preocupação com a preservação do patrimônio industrial em relação a outros tipos patrimoniais? É uma preocupação social ou tem se manifestado também nas universidades, como objeto de estudo?

A preocupação com a preservação do patrimônio industrial tem vindo a aumentar e, em muitos países, não só é algo que já foi assumido pelos organismos oficiais responsáveis pelo patrimônio histórico e cultural, como a própria opinião pública e os órgãos de comunicação social estão sensibilizados, defendendo a sua salvaguarda. E também se tem vindo a manifestar, cada vez mais, nas universidades, quer com a introdução de disciplinas sobre patrimônio ou arqueologia industrial – o que na Europa já se verifica há bastantes anos –, quer com cursos de mestrado e doutorado nestas áreas. Foi um longo caminho até se chegar a esta situação. É claro que ela varia de país para país, ou de continente para continente. Mas acredito que irá continuar a evoluir favoravelmente. Para tal contribuíram também as iniciativas realizadas por organismos internacionais, como o TICCIH, o Conselho da Europa ou a UNESCO/ICOMOS, quer promovendo campanhas internacionais como a que ocorreu em 2015 com o “Ano Europeu do Patrimônio Industrial e Técnico”, ou inscrevendo na Lista do Patrimônio da Humanidade sítios e estruturas industriais dos mais variados tipos e de diversos

continentes. Nas últimas duas décadas o número de bens industriais tombados como Patrimônio da Humanidade tem vindo a crescer acentuadamente, para além de que praticamente todos os anos se verificar a inclusão de pelo menos um sítio industrial – na maior parte dos anos, mais do que um – na Lista da UNESCO.

A cultura material é foco tradicional de arqueólogos ou museólogos, assim como o patrimônio edificado é reivindicado objeto exclusivo de arquitetos. Como enxerga o papel dos novos historiadores em relação aos estudos do patrimônio industrial - que inclui objetos, edifícios e pessoas; bens materiais e imateriais?

O crescimento do interesse e a afirmação do patrimônio industrial resulta em grande parte do envolvimento de uma nova geração de historiadores – mas também de arquitetos, antropólogos, museólogos e, ainda, engenheiros, assim como de outros profissionais – que descobriram esta área e se interessaram por ela. O patrimônio industrial constitui uma área de pesquisa muito vasta, que permite múltiplas abordagens, combinando a pesquisa de gabinete com o trabalho de campo, e quanto a mim é precisamente devido a estas características que ela consegue exercer um poder de atração junto dos novos pesquisadores. Deste modo, creio que o futuro está garantido. O único problema que existe, e é bem importante, decorre do fato de na Europa, devido à crise econômica que afeta diversos países, existirem atualmente muito poucas ofertas de emprego científico para que os jovens pesquisadores possam desenvolver os seus projetos.

Por outro lado, a documentação, que é material fundamental e tradicional aos estudos históricos, pode também ser foco de estudo e preocupação de preservação ao patrimônio industrial? Ou seria apenas de interesse dos estudos sobre história da indústria?

Essa pergunta é muito interessante pois, tanto em Portugal como noutros países, quando a arqueologia industrial estava a dar os primeiros passos, os seus opositores argumentavam que ela não tinha razão de existir como disciplina científica uma vez que para o seu período de estudo existia ainda muita documentação. Não seriam suficientes as fontes documentais existentes para garantir o estudo do patrimônio industrial e obter um conhecimento suficiente? Constituía a arqueologia industrial uma estratégia válida para a investigação de um passado recente? Eram as questões que então colocavam. Curiosamente, foi Grahame Clark, um arqueólogo clássico, que numa obra publicada pela primeira vez em 1939 (*Archaeology and Society*) assegurou que os métodos arqueológicos podem ser eficazmente aplicados a qualquer fase ou aspeto da História que se apresente insuficientemente documentado por testemunhos escritos, mesmo que se situe num passado muito recente. É claro que, como o próprio Clark sublinhou, o valor do testemunho arqueológico como meio de informação sobre a história humana varia numa proporção inversa à da quantidade e natureza das fontes documentais tomadas no sentido lato. A arqueologia industrial será, portanto, uma maneira diferente de fazer História, que concilia a vertente arqueológica da pesquisa, estudo, registro e, eventualmente, escavação dos sítios industriais, com a vertente histórica da interpretação de todo o tipo de fontes que se encontrem disponíveis (materiais, documentais, orais, etc) de forma a reconstituir uma mais completa panorâmica do passado. Podemos analisar todos os vestígios materiais do passado, ainda que de um passado recente, através de uma perspectiva arqueológica. Todo o passado tem uma leitura arqueológica

e esta pode desempenhar um papel determinante para a compreensão de aspectos menos esclarecidos, para colocar novas questões e lançar pistas para novas investigações, para sugerir novas interpretações, ou simplesmente para confirmar aquilo que nos dizem as fontes documentais. A diferença entre fontes documentais e vestígios físicos, como referiu Rafael Aracil, reside em que estes constituem fontes “não intencionais” contrariamente à “inevitável intenção” subjacente na documentação escrita. Para além do mais, como sublinhou Marilyn Palmer, as fontes escritas têm de ser encaradas apenas como uma vantagem, e não como uma alternativa ao estudo do período industrial. Mas há ainda um outro aspeto importante que se prende com a questão das fontes documentais. É que elas próprias constituem também património industrial, ou seja, resultam da atividade de uma empresa industrial, quer sejam o seu próprio arquivo empresarial, relatórios de diverso tipo, catálogos dos produtos que fabricava, materiais publicitários, etc.

Sendo a América Latina e o Brasil, em particular, de industrialização tão recente em comparação à Europa e Estados Unidos, qual a importância relativa que possa ter o património industrial brasileiro?

O fato dos países da América Latina, como o Brasil, serem de industrialização recente constitui uma vantagem para o estudo do património industrial. Esse relativo atraso que, na realidade, é apenas em termos cronológicos, pois atualmente países como o Brasil produzem bens com as mais avançadas tecnologias, permite no entanto que ainda seja possível encontrar processos produtivos em atividade e instalações industriais que datam de períodos mais remotos. É uma realidade dual, presente em muitos países e não apenas na América Latina, em que o obsoleto coexiste com o mais moderno. Mas, precisamente, a existência desse património industrial que nalguns países já desapareceu ou se encontra em extinção, oferece excelentes possibilidades de estudo de tecnologias antigas e, também, boas opções de conservação e reutilização, até porque tanto quanto me apercebi o Brasil dispõe de uma arquitetura industrial, dos finais do século 19 e da primeira metade do seguinte, de grande qualidade, o que também favorece a adoção de soluções preservacionistas.

No Brasil, apenas recentemente os programas de formação em história incluíram disciplinas com foco no património cultural – as vezes, por menção a museus, coleções ou fundos documentais. Acredita que isto venha alterar substancialmente o interesse dos historiadores pela cultural material ou é apenas uma moda passageira? E consequentemente também pelo património industrial?

Não creio que seja uma moda passageira, e não estou a ser otimista. A preocupação para com o património cultural e, consequentemente, com o património industrial, “veio para ficar”. O alargamento do conceito de património registrado nas últimas décadas resultou também de um maior reconhecimento da sua importância como fator da identidade cultural de uma sociedade. Há, inclusivamente, uma crescente patrimonialização da sociedade contemporânea que irá ter continuidade, assim como o interesse dos historiadores, que encontram aqui um campo ideal para dialogarem com outras áreas do conhecimento.

Tem trabalhado em pesquisas históricas ou patrimoniais nos últimos tempos? Quais seus projetos de pesquisa atualmente?

Neste momento estou a desenvolver um projeto, com colegas da Universidade do Minho, sobre o património dos aproveitamentos hidráulicos, desde os moinhos, azenhas, engenhos de diverso tipo, que foram muito numerosos em Portugal até um período relativamente recente – início dos anos 60 do século passado –, até às centrais hidrelétricas, nomeadamente as que abasteciam as fábricas de energia. O projeto constitui no inventário de todas estas estruturas, para já apenas na região Norte do país, o seu estudo tipológico, distribuição geográfica, importância e significado económico, etc. Estou ainda a organizar uma Exposição – que terá um Catálogo, o qual estou a escrever – sobre as fábricas de um importante industrial têxtil dos finais do século 19, início do seguinte, que será apresentada no Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave, e encontro-me também a preparar o volume de 2017 da revista *Arqueologia Industrial*, que é a única revista portuguesa consagrada a esta área.